



FOTO: ARQUILINDO PESSOA

entender como funcionava a administração." Assim, ficou clara para o executivo a organização do Timor, dividido em distritos, sub-distritos, sucros (grupos de aldeias) e aldeias. "As eleições que estávamos organizando é para 'chefe de suco', uma organização centenária agora formalizada pela eleição", comemora Siqueira.

Entendida a estrutura administrativa, a responsabilidade de Siqueira era criar o sistema de registro de eleitores. Para tanto, conseguiu uma doação de 100 mil dólares da USAid (United States Agency for International Development) e, com o dinheiro, comprou dois servidores, switches e uma antena para acesso wireless – para integração à rede do governo. "Além de montar o data-center, passei a me dedicar ao desen-

volvimento do sistema de registro eleitoral", afirma, contando que o aplicativo foi criado em Visual Basic com banco de dados SQL Server. Enquanto isso, uma equipe de 800 timorenses estava espalhada pelo país fazendo o registro manual de toda a população maior de 16 anos, dados que seriam inseridos no sistema.

TÍTULO DE ELEITOR

FOI O PRIMEIRO DOCUMENTO

EMITIDO PELO

GOVERNO TIMORENSE

AOS CIDADÃOS

O próximo passo foi colocar essas informações no sistema. Graças a uma doação de 80 máquinas Pentium III com Windows XP, feita pela ONU, Siqueira pôde criar uma outra rede, para o processo de inserção dos dados. "As dificuldades encontradas eram constantes. Toda a infraestrutura foi montada em um galpão abandonado, com teto de zinco e sem ar-condicionado (só tínhamos refrigeração na sala onde ficam os

servidores). Além disso, sempre faltava combustível para os geradores", relembra o executivo.

O trabalho de inserção dos dados foi realizado por 160 estudantes de engenharia e ciências sociais da Universidade Nacional do Timor – Lorosae, graças a um acordo realizado entre a Ministra da Administração, Ana Pessoa, e a instituição de ensino. Após um dia de treinamento, os estudantes começaram a trabalhar – em dois turnos, 80 de manhã e 80 à tarde – e, em dois meses, todos os eleitores estavam registrados. "Mas o trabalho não foi fácil. O ritmo, o envolvimento e o senso de responsabilidade deles são muito diferentes dos nossos", explica Siqueira. "Além disso, havia o problema da comunicação, já que a maior parte dos jovens não fala português, porque a língua foi proibida durante a ocupação da Indonésia."

No Brasil desde o final de outubro, Siqueira pode ainda voltar para o Timor no próximo ano, para a terceira etapa do projeto. "A USAid concedeu uma verba de mais 300 mil dólares para capacitação dos jovens timorenses na área de tecnologia. Se a IFES for a ONG escolhida para administrar essa verba, volto para o Timor para continuar o trabalho que comecei", afirma o executivo, que parece mais animado com os resultados alcançados do que preocupado com as dificuldades encontradas pelo caminho. "O título de eleitor foi o primeiro documento emitido pelo governo para os cidadãos timorenses", orgulha-se. O que, diante da sofrida história do Timor, não é pouco. ■■■■